

DOSSIÊ

“Tensões em torno da educação
e de práticas educativas”

CAPÍTULO 15

Violência nas universidades e vidas precárias – Diálogos a partir de *The hunting ground*¹

Elizabete Franco Cruz

Vima Lia de Rossi Martin

Cláudia Lago

Maria Luisa Sandoval Schmidt

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo problematizar a violência nas universidades, trazendo uma reflexão sobre esta temática que é relevante para os estudos de gênero, para a sociedade e, especialmente, para aqueles(as) que trabalham e estudam em universidades.

Atuamos como professoras em uma universidade pública, a Universidade de São Paulo, e enfrentamos cotidianamente essa questão. A violência sexual e de gênero e a violência no trote foram objeto de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 2015. Essa CPI, coordenada pelo deputado Adriano Diogo, visibilizou episódios que eram nomeados como trote, mas que se configuravam como verdadeiras torturas e violências pautadas no exercício arbitrário de poder de estudantes “veteranos” em relação aos “bixos”, visibilizando ainda casos de estupro. Um caso conhecido publicamente foi o do estudante de Medicina que foi acusado de estuprar uma colega (que o denunciou). A notoriedade desse caso e o trabalho dos coletivos feministas de alunas – existentes em várias unidades da universidade – fizeram perceber que o problema não se restringia à Faculdade de Medicina e que em várias faculdades e institutos

1 Esta é uma versão ampliada e revisada do trabalho apresentado pela primeira autora no Seminário Internacional Fazendo Gênero, em 2017.

mulheres jovens, estudantes, relatavam ter sofrido diferentes tipos de violência – assédio, beijos forçados e até penetração quando estavam alcoolizadas ou quando tinham sido dopadas em festas.

Em face desse contexto, estudantes de graduação procuravam acolhimento e suporte de suas professoras, especialmente daquelas com maior abertura para o diálogo sobre questões de gênero e direitos humanos. Paralelamente, funcionárias, professoras e estudantes da pós-graduação também começaram a relatar, informalmente, casos de violência sexual e de gênero.

Com o passar dos meses, observamos que o estudante de Medicina iria se formar – o que aconteceu posteriormente e, diante da resistência do Conselho Estadual de Medicina para a concessão do registro, o novo médico conseguiu o CRM em outro estado. Um grupo inicial de cerca de seis docentes resolveu, então, constituir um coletivo feminista, e formamos uma rede pelo fim da violência sexual e de gênero na universidade, como uma resistência a esses episódios. Na primeira reunião já tínhamos mais de cem professoras e nossa proposta é promover educação implicada com mudanças na cultura de gênero e de violência, fomentar mecanismos de responsabilização dos agressores e garantir espaços de suporte e acolhimento para as pessoas em situação de violência. Aqui, uma ressalva: apesar de sermos membras da coordenação da rede, nosso objetivo aqui não é falar do trabalho desse coletivo. Citamos a iniciativa porque, como mencionaremos a seguir, pensamos que existem importantes estratégias de resistência a situações de violência, e a constituição de coletivos é uma delas.

Uma das atividades que temos desenvolvido como professoras implicadas com a discussão das relações de gênero e como membras da rede é a exibição e debate do documentário estadunidense *The hunting ground*,² e, por isso, pensamos ser oportuno trazê-lo no escopo das reflexões aqui compartilhadas. A análise do filme serve como elemento desencadeador da discussão que queremos realizar.

ESTUPROS NAS UNIVERSIDADES: OS RELATOS EM *THE HUNTING GROUND*

O filme se inicia com o registro de várias alunas festejando o ingresso em diferentes instituições estadunidenses de ensino superior e, posteriormente, apresenta essas mesmas estudantes vivendo os impactos da violência que sofreram. Duas dessas jovens violentadas, Andrea Pino e Annie E. Clark, decidem buscar outras jovens em outras universidades para visibilizar a questão do estupro. Em uma sucessão de depoimentos, vemos que as jovens são violentadas em contextos de festas e de fra-

2 *The hunting ground*. Direção: Kirby Dick, EUA, 2015, 123 minutos.

ternidades constituídas por alunos. O ativismo a que se dedicam é uma estratégia bem-sucedida, que tem como efeitos a instauração de um debate público e a criação – pontual – de instâncias de apuração e eventual punição das violências sofridas.

Entretanto, o filme causa um profundo mal-estar porque, além de apresentar inúmeros casos de violência sexual contra mulheres cometidos em contextos universitários, ainda explicita o cinismo institucional, que se traduz na falta de credibilidade na fala das mulheres-alunas e na fragilidade das respostas institucionais. Ao longo do filme, podemos acompanhar, por exemplo, o sofrimento das famílias e das professoras que foram demitidas porque apoiaram as alunas e a impunidade dos agressores. E quem acompanha de perto as questões de violência nas universidades brasileiras pode facilmente estabelecer paralelos com a realidade exibida pelo filme documental estadunidense.³

A violência é muito similar: mulheres jovens, universitárias, cheias de projetos e sonhos, violentadas por homens, colegas universitários que cometem a violência frequentemente com o apoio de outros colegas e com a utilização de substâncias para dopar as jovens, ou aproveitando o momento em que estão alcoolizadas. No filme, fica evidente a relação das violências com o investimento por parte de grupos e instituições de esportistas, que são frutos de investimentos milionários e que dependem de uma imagem idônea, o que ajuda a explicar o silêncio das instâncias que administram as universidades em relação às violências por eles cometidas.

No Brasil, ao menos explicitamente, não há uma dependência direta das universidades públicas em relação a doações financeiras. Justamente por isso fica a pergunta: por que aqui as instâncias de poder que regulam as universidades também tentam omitir situações de estupro? Ou não dão a atenção devida a essa questão, ou, ainda, como no caso da universidade em que trabalhamos, o tema entra em pauta de modo mais amplo apenas após exaustivas ações dos coletivos feministas e de uma visibilidade midiática que interpela a instituição.

O pano de fundo, sabemos, é o machismo estrutural. Respostas comuns para a apatia institucional são: “para não termos problemas”, “porque não enxergamos o problema”, “porque a violência está naturalizada e é difícil combatê-la” ou, ainda, para “a preservação da imagem da universidade”. Essas posições, propaladas desde as esferas institucionais de maior poder, circulam na comunidade universitária de forma mais ampla. Apesar de não ditas abertamente, essas lógicas se espriam em todos os níveis e não apenas nos de gestão. As universidades são plurais, e não um

3 A série documental brasileira *Rompendo o silêncio*, dirigida por Marina Person e Giuliano Cedroni (2021), focaliza, a partir de depoimentos pessoais, diferentes violências ocorridas nos *campi* universitários do país, dialogando diretamente com *The hunting ground*.

bloco politicamente homogêneo, e onde há poder há resistência. Constituídas como arenas de disputa entre diversas perspectivas ideológicas, espaço de tensões e conflitos, contemplam discursos e práticas que estão na contramão da invisibilização das violências sexuais e de gênero. Assim, se a ação, sobretudo dos gestores, tende ao silenciamento, outros agentes – principalmente professoras e alunas sensíveis ao tema – atuam cotidianamente em sentido contrário.

Parte da produção do conhecimento universitário mais atual sobre o tema foi publicada em duas importantes coletâneas da Universidade de Brasília (UnB) (Stevens *et al.*, 2017; Almeida; Zanello, 2022) nas quais encontramos artigos que abordam a questão da violência de gênero nas universidades. No primeiro livro temos quatro trabalhos dedicados ao tema da violência nas universidades. Em um artigo, Almeida (2017) faz um panorama da violência, mencionando a pesquisa Avon,⁴ os trotes, ações realizadas em Brasília e a relevância do protagonismo dos coletivos feministas nas universidades. Outro artigo, escrito por Cruz (2017), relata uma experiência de intervenção na Universidade Federal do Acre, destacando o medo que as mulheres têm ao frequentar o espaço universitário e mencionando, inclusive, a adoção da mesma estratégia de enfrentamento da violência que temos utilizado: o debate do filme *The hunting ground*. Em um terceiro artigo, Leal *et al.* (2017) destacam outra importante dimensão do debate, que é o assédio moral vivenciado por docentes e funcionários/as nas universidades. E, por fim, Portela (2017) aponta a subalternidade com que as universidades tratam epistemologias não hegemônicas como o conhecimento produzido por pesquisadoras indígenas.

Já o segundo livro editado pela UnB em 2022 é totalmente dedicado à questão da violência nas universidades e tem um conjunto de capítulos muito interessantes que nos permitem acompanhar o cenário nacional e internacional. Destacamos aqui o artigo de Almeida (2022), que aponta o cenário de violência na Universidade de São Paulo (USP) e mostra que há uma polissemia de termos usados nos contextos de violência e em torno dos significados de assédio sexual. A autora conclui:

[...] que essa categoria ainda recente em nossa experiência de gestão universitária precisa ser melhor compreendida e tratada pelas universidades no país. Falar sobre assédio é encarar uma forma de violência de gênero entranhada na vida acadêmica, formada por práticas naturalizadas que demarcam desigualdades de gênero (e raça e classe), mas que no caso da academia é composta pelas suas hierarquias, promovida por grupos que buscam evitar o acesso de (mais) mulheres e pessoas negras

4 A pesquisa sobre assédio no ambiente digital foi realizada entre 2015 e 2017. Ver Instituto [...] (s.d.).

a determinadas áreas e campos do saber. Entranhado que está nas desigualdades de gênero naturalizadas em nossa sociedade, falar sobre o assédio tem sido uma forma de lutar por direitos na universidade, uma luta por reconhecimento (Almeida, 2022, p. 213, 214).

Esse breve panorama demonstra que diversos estudos e publicações brasileiras já observam a temática da violência universitária e que temos vários elementos teóricos que balizam a discussão, como o próprio conceito de violência, o papel da educação superior, a interseccionalidade de classe, gênero, sexualidade e raça, que se entrelaçam com o fenômeno, as noções de punição e direito, as diferenças hierárquicas entre vítima e agressor, entre outros. Há um campo em aberto para diferentes possibilidades analíticas e, a partir desses lugares, documentos e conhecimentos são produzidos. Como exemplo podemos mencionar que membras da rede estiveram envolvidas com uma Comissão da Superintendência da Assistência Social da Universidade que abordou, em 2017, casos de violência na moradia estudantil da USP e produziram um relatório sobre o quadro. O relatório aponta que a maioria dos casos de violência contra a mulher no Crusp não é reportada ou não é registrada formalmente, e que a maioria dos casos reportados não é objeto de apuração formal pela universidade. Além disso, indicou que inexistem protocolos específicos para orientar a atuação institucional em casos de violência contra a mulher e faltam ferramentas nas normas da instituição para abordagens cautelares e específicas. Tudo isso favorece o desamparo e a reincidência. Atualmente essas questões estão novamente sendo debatidas e encaradas pela gestão da USP, mesmo que tenhamos a sensação de que seu enfrentamento consistente ainda esbarra em diversas questões da estrutura universitária.

Em síntese, a questão está posta, não somente na USP, onde atuamos, mas em várias universidades públicas e particulares do Brasil e do mundo, entre as quais muitas inclusive se orgulham de sua excelência e do alto desempenho nos *rankings*, mas ainda abrigam formas arcaicas de violência contra as mulheres e corpos dissidentes.

VIDAS DE JOVENS MULHERES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS: VIDAS PRECÁRIAS? VIDAS PASSÍVEIS DE LUTO?

O quadro exposto mobiliza a produção de reflexões teóricas. Entretanto, como nos lembra Foucault (2004), não há um espaço fora do discurso e dos engendramentos e atravessamentos de poder e contexto. Nesse sentido, discutir o tema é correr o risco de se enredar numa produção discursiva que pode produzir a estudante vítima e o estudante monstro, ou os lugares ameaçadores, como a Faculdade de Medicina da USP e os espaços de confraternização. Observamos que, no cotidiano, frequentemente a tendência é fazer o que apontam Duschatzky e Skilar (2001, p. 121): “criar o

outro como fonte de todo mal”, alocar a violência num lugar, num contexto específico. Circunscrever o problema às faculdades estadunidenses, com suas sistemáticas de proteção de atletas, ou na USP, ou na Faculdade de Medicina, ou no Crusp. Nos discursos corremos o risco de achar um lugar fixo para o mal, e invariavelmente ele tende a estar fora e/ou longe de nós.

Mas, se há riscos no dizer (como universalizações, fixações, binarismos etc.), há o risco de não dizer, traduzido como o silêncio que compactua com a barbárie e com a naturalização das violências.

Há que se fazer escolhas nos respiros que encontramos nos espaços que vivemos. Um viver que é marcado pela precariedade, pela vulnerabilidade dos vínculos e da incerteza da convivência com o outro. Butler (2015, p. 32) afirma em *Quadros de guerra*:

Nós não nascemos primeiro e em seguida nos tornamos precários; a precariedade é coincidente com o próprio nascimento (o nascimento é por definição, precário), o que quer dizer que o fato de uma criança sobreviver ou não é importante, e que sobrevivência depende de uma rede de ajuda. É exatamente porque um ser vivo pode morrer que é preciso cuidar dele para que possa viver. Apenas em condições nas quais a perda tem importância, o valor da vida aparece efetivamente.

Butler nos ajuda a pensar que a vida tem uma inteligibilidade e que algumas vidas terão mais valor que outras, a depender de algumas normas, que são construídas como naturais e inevitáveis. Sua leitura é instigante porque nos interpela a pensar nos enquadramentos que fazemos da vida, dos problemas que enfrentamos. Mais do que adequar pessoas às normas que definem que vidas têm reconhecimento e valor, precisamos questionar como as normas atribuem reconhecimento e valor de modo diferenciado às pessoas.

Mulheres têm sofrido violência sexual e de gênero nos espaços universitários, aparentemente “mais protegidos”, e precisamos visibilizar esse fato. Este é um enquadramento fundamental, mas existem outros que talvez não estejamos conseguindo destacar em nossas molduras. Quem são essas mulheres? Dizemos estudantes, mas são também funcionárias e professoras, como aponta o trabalho de Leal *et al.* (2017). E também mulheres trans, *gays* e pessoas negras, como sinalizou a pesquisa Interações, conduzida por Gustavo Venturi na USP.

Existem esses e outros enquadramentos possíveis, mas aqui queremos destacar uma dimensão específica do problema: quais as consequências da violência?

O trabalho de Schraiber e D'Oliveira (1999) mostra que a violência tem consequências na saúde, como adoecimento físico, adoecimento psicológico e até depressão e suicídio. Almeida (2017) aponta que jovens têm sua vida escolar afetada.

Em nossa experiência na Universidade, esses relatos de falta de continuidade nos estudos e sintomas físicos e emocionais se repetem rotineiramente. A vida é afetada fortemente pela violência. Tão fortemente que pode perder o sentido.

No documentário estadunidense temos o relato de que a jovem estadunidense Lizzy Seeberg cometeu suicídio após ter sofrido violência e se sentir desacreditada. Almeida (2017) menciona uma jovem egressa da Universidade de Brasília, Ariadne Wojcik, que, com 25 anos, se suicidou após fazer uma denúncia no Facebook contra um professor. Na internet encontramos uma notícia de que a jovem Isadora, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), cometeu suicídio depois de ter sofrido uma tentativa de estupro. Uma matéria publicada por *O Globo* traz os seguintes trechos:

Ela reagiu à tentativa de estupro e registrou a ocorrência na delegacia. Nossa indignação é porque o agressor não foi punido. O episódio, ocorrido num alojamento da Rural, a afetou totalmente. Ela era uma menina que estudava e, de repente, não conseguia mais tomar conta de si mesma. Teve os sonhos interrompidos devido à falta de estrutura e segurança na universidade. Como você oferece alojamento, se não tem condições de cuidar dos alojados? É um absurdo – desabafa a irmã da jovem. Por meio de nota, a universidade informou que é solidária à família, aos amigos e aos colegas da estudante. De acordo com a instituição, o agressor, também aluno da Faculdade de Educação Física, foi punido pelo Código Disciplinar do Aluno, com repreensão formal e desligamento do alojamento da Rural, mas não foi afastado do curso. A vítima havia trancado a matrícula da faculdade em abril (Boere, 2016).

“Estava em depressão”

Colegas da jovem contam que ela era integrante da equipe de líderes de torcida da universidade e chegou a ganhar campeonatos nacionais e internacionais, como aparece na matéria:

Ela era uma menina muito alegre, vivia com um sorriso lindo no rosto. Há mais ou menos um mês, deixou de ir às aulas, dizendo que precisava se cuidar. Já estava em depressão — conta uma amiga da vítima, que preferiu não ser identificada (Boere, 2016).

Da matéria citada apreendemos que a jovem foi agredida, o agressor se formou, ela se matou. O que se conclui é que ela estava com depressão! Uma depressão que se manifestou após um ato de violência num contexto universitário.

A resolução da questão não considera o que Butler aponta tão brilhantemente, ou seja, qual a condição da vida ser vivida? Pensando em mortes na guerra, a autora aponta:

Quando lemos a respeito de vidas perdidas, com frequência nos são dados números, mas essas histórias se repetem todos os dias, e a repetição parece interminável, irremediável. Então, temos de perguntar o que seria necessário não somente para apreender o caráter precário das vidas perdidas na guerra, mas também para fazer com esta apreensão coincida com uma oposição ética e política às perdas que a guerra acarreta? (Butler, 2015, p. 29).

Se trocássemos a palavra guerra na citação acima por violência na universidade teríamos que nos fazer a mesma pergunta: quais seriam nossas alternativas ético-políticas diante desse quadro de violência?

Ao pensar sobre nossas responsabilidades diante da sustentação da vida, Butler (2015, p. 43) afirma:

Nossas obrigações são precisamente para com as condições que tornam a vida possível, não para com a “vida em si mesma” ou, melhor dizendo, nossas obrigações surgem da percepção que não pode haver vida sustentada sem essas condições de sustentação, e que essas condições são, ao mesmo tempo, nossa responsabilidade política e a matéria de nossas decisões éticas mais áridas.

É nossa obrigação ética, portanto, discutir as condições de sustentação das vidas, ampliar essa noção para que todas as vidas possam e mereçam ser sustentadas em nossos espaços. Desnaturalizar a violência cotidiana contra determinadas vidas deve ser nosso imperativo categórico.

ÉTICA E ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA: UM DEBATE NECESSÁRIO SOBRE A AMIZADE

No contexto de uma violência que é naturalizada, inscrita como não existente e que atravessa de forma tão avassaladora algumas existências, talvez possamos dialogar com algumas reflexões desenvolvidas por Foucault (2004), chamando para nossas

conversas conceitos importantes como ética e estética da existência e o debate sobre a amizade.

Sobre ética, o autor comenta:

– Sim, pois o que é a ética senão a prática da liberdade, a prática refletida da liberdade?

[...] A liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida assumida pela liberdade (Foucault, 2004. p. 267).

Existem muitos relatos (na USP, em outras universidades, no documentário) de jovens que estupraram meninas desacordadas. Alguém é capaz de passar nos vestibulares mais difíceis do país e não tem um limite ético diante de uma colega desacordada? O que um homem poderia fazer nesta situação? Ignorar? Cuidar? Penetrar?

Se um homem pode achar oportuno estuprar sua colega que está impossibilitada de participar da relação sexual, o que isso nos diz sobre a ética e a estética da existência? Por que alguns jovens consideraram que têm a liberdade e o direito de dopá-la a fim de que possa usá-la sem oposição (e sem participação)?

Esse suposto exercício da liberdade sexual desconsidera a existência do outro, no caso da outra, a mulher que não consentiu. A liberdade configura-se como violência e se distancia da ética e também do cuidado de si.

Foucault sinaliza que a ética está ligada ao cuidado de si. O cuidado de si implica no modo como criamos uma forma de viver, inclusive de regular a própria liberdade. E o cuidado de si implica no cuidado com o outro e na criação de uma estética da existência (Castro, 2015).

A violência não pode ser entendida sem a moldura das relações de gênero (e de classe, raça/etnia, geração), mas talvez tenhamos que trazer, inspiradas nas ideias de Foucault, algumas perguntas para o nosso debate: o que fazemos com nossa vida? Qual ética e estética da existência temos produzido e debatido nos espaços educativos?

Ortega (1999, p. 170), ao comentar a amizade em Foucault, sinaliza que “a dimensão ética transgressiva da amizade consiste na recusa das formas impostas de relacionamento e de subjetividade”. Ou seja, a amizade só comporta um valor transgressivo quando se constitui em contraposição às formas naturalizadas de relacionamento, de subjetividades.

O debate sobre a amizade, nesses moldes, realizado com educandos/as, poderia ser uma alternativa para pensarmos formas de sustentação da vida em outros moldes, de forma ampla, envolvendo inclusive aquelas (e aqueles) que têm vidas que não são valorizadas, sustentadas.

Outro ponto importante para reflexão é pensar essas mortes, que estão alocadas como suicídio, e revestidas de uma intencionalidade individual, mas são frutos da violência de gênero nas universidades. Ou seja, elas não podem ser computadas simplesmente como suicídio. Precisamos dar visibilidade para a dor que fica pós-violência e as partes mortas das mulheres que permanecem vivas. Partes mortas como alegria, autoestima, vontade de estudar, confiança no outro, confiança em si.

Mas, diante daquelas que retiram a própria vida, temos que apontar que o suicídio não é fruto de uma depressão individual, é fruto de uma violência sexual e de gênero. É fruto de uma falta de sustentação da vida. São os enquadres normativos de gênero, de culpabilização da vítima, de impunidade, de atribuição de vergonha que levam as mulheres a achar que a sua vida que estava com projetos (dada sua vinculação universitária) perdeu o sentido. Nesse sentido, o suicídio relacionado à violência de gênero deveria ser denominado de suicídio-feminicídio ou feminicídio-suicídio.

Por fim, gostaríamos de mencionar, mais uma vez, as palavras de Butler (2015, p. 33) quando ela nos convida a pensar que uma vida só terá valor se for passível de luto:

[...] em outras palavras, “essa será uma vida que terá sido vivida” é a pressuposição de uma vida cuja perda é passível de luto, o que significa que esta será uma vida que poderá ser considerada vida, e será preservada em virtude desta consideração.

Mencionamos o suicídio de três alunas a partir de histórias a que tivemos acesso, mas imaginamos que possam existir outros casos. Quem chora por essas vidas? Os familiares, as amigas? Butler está certa. Uma vida tem valor se ela é passível de luto. A vida dessas mulheres precisa ser passível de luto e de elaboração coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui desenvolvidas nos apontam alguns caminhos. O primeiro e mais essencial é que, sim, precisamos continuar a fazer o que estamos fazendo: visibilizar a pauta da violência contra mulheres em contextos universitários, cobrar as instituições, fomentar os coletivos, criar espaços de apoio e cuidado, debater como diferentes possibilidades podem se articular num espaço de sustentação da vida. Este texto foi escrito para chorarmos as mortes de Lizzy, Ariadne e Isadora. O feminismo precisa entrar em luto pelas mulheres que tiraram a própria vida após sofrerem violência sexual e de gênero. Neste momento de luto, temos que fazer nossas vidas menos precárias. Temos que dizer umas para as outras e, especialmente, para nossas alunas que nossas vidas valem ser vividas. Temos dor com as mortes, com a violência, mas em

nossa estética da existência há amizade e resistência. A violência e a morte precipitada não devem ser parte compulsória da biografia das mulheres.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, H. B. A visibilidade da categoria assédio sexual nas universidades. In: ALMEIDA, T. M. C. de; ZANELLO, V. (orgs.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas*. Brasília: OAB Editora, 2022.
- ALMEIDA, T. M. C. de. Violências contra as mulheres nos espaços universitários. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E. (orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017.
- ALMEIDA, T. M. C. de; ZANELLO, V. (orgs.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas*. Brasília: OAB Editora, 2022.
- BOERE, N. Jovem cometeu suicídio 3 anos e meio após tentativa de estupro na Rural. *O Globo*, 28 maio 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/jovem-cometeu-suicidio-3-anos-meio-apos-tentativa-de-estupro-na-rural-19389195>. Acesso em: 3 out. 2024.
- BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CASTRO, E. *Introdução a Foucault*. 1. ed., 1. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- CRUZ, M. P. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E. (orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017.
- DUSCHATZKY, S.; SKLIAR, C. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- ESCRITÓRIO USP MULHERES. Pesquisa Interações. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/interacoesnausp/>. Acesso em: 3 out. 2024.
- FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, M. B. (ed.). *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. v. 5, p. 264-287. (Coleção Ditos & Escritos).
- INSTITUTO Avon divulgou ontem pesquisa inédita sobre assédio e violência no ambiente digital no Fórum Fale Sem Medo. Instituto Avon, [s.d.]. Disponível em: <https://institutoavon.org.br/instituto-avon-divulgou-ontem-pesquisa-inedita-sobre-assedio-e-violencia-no-ambiente-digital-no-forum-fale-sem-medo/>. Acesso em: 3 out. 2024.
- LEAL, D. F. da S.; ANTLOGA, C. S. X.; CARMO, M. M.; MOREIRA, R. dos S. Gênero e assédio moral no trabalho: cenário das universidades brasileiras. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E. (orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017.

- ORTEGA, F. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- PORTELA, C. de A. Gênero, etnicidade e suas interseccionalidades: narrativas Kura-Bakairi na Universidade de Brasília. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E. (orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017.
- SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. Violência contra mulheres: interfaces com saúde. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 3, n. 5, p. 11-26, 1999.
- STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E. (orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017.